

HENRIQUE DE SOUZA MOTA

CAUSA MADURA

**O JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO DA
CAUSA PELOS TRIBUNAIS DE SEGUNDO
GRAU E A EFICIÊNCIA PROCESSUAL**

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: O autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Mota, Henrique de Souza.

Causa Madura: o julgamento imediato do mérito da causa pelos tribunais de segundo grau e a eficiência processual. / Henrique de Souza Mota. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

255 p.

Bibliografias: 241 255

ISBN 978-65-5959-545-7

1. Julgamento imediato do mérito. 2. Teoria da causa madura. 3. Gestão processual. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

| | |
|--------------------|----|
| SOBRE O AUTOR..... | 7 |
| PREFÁCIO | 13 |
| INTRODUÇÃO..... | 17 |

CAPÍTULO 1

| | |
|---|----|
| GESTÃO PROCESSUAL E EFICIÊNCIA | 21 |
| 1.1 Recorribilidade brasileira | 21 |
| 1.1.1 Algumas causas da recorribilidade | 22 |
| 1.1.2 Externalidades recursais | 30 |
| 1.2 Premissas conceituais e valores centrais do Processo Civil brasileiro | 31 |
| 1.2.1 Duração razoável do processo | 37 |
| 1.2.2 Efetividade da tutela jurisdicional | 46 |
| 1.2.3 Justiça procedimental..... | 50 |
| 1.2.4 Eficiência do serviço jurisdicional..... | 56 |
| 1.3 Gestão: um novo enfoque de atuação jurisdicional..... | 64 |
| 1.3.1 Integração das linhas de gestão aplicáveis ao serviço jurisdicional..... | 64 |
| 1.3.1.1 Gestão de litígios..... | 66 |
| 1.3.1.2 Gestão judiciária..... | 68 |
| 1.3.1.3 Gestão processual..... | 70 |
| 1.3.1.3.1 Princípios da gestão processual..... | 71 |
| 1.3.1.3.2 Dimensões micro e macro da gestão de processos..... | 73 |
| 1.3.1.3.3 Objetivos..... | 75 |
| 1.3.1.3.4 Ferramentas de gestão processual..... | 76 |
| 1.3.2 A gestão como dever dos juízes e dos tribunais..... | 78 |
| 1.3.3 Mecanismos de gestão processual pelos tribunais de segundo grau | 81 |
| 1.3.3.1 Medidas saneadoras..... | 82 |
| 1.3.3.2 Medidas de valorização da jurisprudência e de tratamento de litígios repetitivos..... | 84 |
| 1.3.3.3 Medidas de simplificação e aceleração procedimental..... | 90 |
| 1.4 Conclusão parcial..... | 94 |

CAPÍTULO 2

| | |
|---|----|
| O JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO PELOS TRIBUNAIS E CONFORMIDADE COM O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO..... | 99 |
|---|----|

| | |
|---|-----|
| 2.1 Julgamento imediato do mérito: Propedêutica..... | 99 |
| 2.2 A compatibilidade do julgamento imediato do mérito com o modelo constitucional de processo..... | 113 |
| 2.2.1 Duplo grau de jurisdição | 117 |
| 2.2.2 Contraditório..... | 131 |
| 2.2.3 Juiz natural | 141 |
| 2.3 Alguns fatores de resistência ao julgamento imediato do mérito..... | 147 |
| 2.3.1 Vedação da <i>reformatio in pejus</i> | 148 |
| 2.3.2 Retorno ao primeiro grau como medida pedagógica..... | 154 |
| 2.4 Conclusão parcial..... | 159 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|-----|
| O JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PROCESSUAL..... | 163 |
| 3.1 O julgamento imediato de mérito como instrumento de gestão: contribuições para a efetividade, a duração razoável e a eficiência do serviço jurisdicional .. | 163 |
| 3.2 Aspectos procedimentais | 168 |
| 3.2.1 Hipóteses de cabimento | 168 |
| 3.2.1.1 Sentenças terminativas..... | 169 |
| 3.2.1.2 Sentenças nulas..... | 175 |
| 3.2.1.2.1 Sentenças incongruentes..... | 181 |
| 3.2.1.2.2 Sentenças sem fundamentação adequada..... | 187 |
| 3.2.1.3 Outros vícios da sentença..... | 189 |
| 3.2.1.4 Prescrição e Decadência..... | 192 |
| 3.2.2 O dever de julgamento do mérito e a desnecessidade de requerimento das partes | 195 |
| 3.2.3 Espécies recursais e o cabimento do julgamento imediato do mérito ... | 205 |
| 3.2.3.1 Apelação..... | 207 |
| 3.2.3.2 Agravo de instrumento..... | 208 |
| 3.2.3.3 Recurso inominado dos juizados especiais..... | 210 |
| 3.2.3.4 Recurso ordinário..... | 212 |
| 3.2.3.5 Agravo interno..... | 215 |
| 3.2.3.6 Embargos de declaração..... | 216 |
| 3.2.3.7 Embargos infringentes (Lei de Execução Fiscal)..... | 217 |
| 3.2.3.8 Recursos de natureza extraordinária..... | 218 |
| 3.2.4 A compatibilidade do julgamento imediato com o reexame necessário das sentenças contrárias à Fazenda Pública | 229 |
| 3.3 Conclusão parcial..... | 234 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 237 |
| REFERÊNCIAS FINAIS | 241 |